

A Ciência Econômica

CELSO DE MAGALHÃES

CONCLAMAM os Economistas brasileiros a emancipação da Economia do país da tutela que lhe impõe a Economia alienígena.

Várias são as significações dadas à palavra — *economia*; entretanto, só nos interessa, agora, aquela que se refere à ciência particular, também conhecida por — Econômica.

Com êsse sentido, não compreendemos, nem aceitamos aquela conclamação.

É sabido que não há ciência quando inexistente um conjunto de conhecimentos coordenados, relativos a um objeto específico. A Economia é ciência, porque satisfaz a essa condição, do mesmo modo por que o fazem a Matemática, a Física, a Química...

Ela se deriva do fato natural de que o homem vive na dependência do meio que o cerca e, como não pode satisfazer, sozinho, às suas necessidades, carece do auxílio de seus semelhantes.

Em síntese, a Economia cuida do bem-estar do homem em sociedade; trata das ações humanas conduzentes à satisfação de necessidades que dependem da posse de coisas materiais ou da prestação de serviços.

Por essa razão, não pode a Economia ser confundida com qualquer das Ciências Físicas, nem com a Biologia ou Matemática. Quando ela se preocupa, por exemplo, com o café, não o faz em busca das leis da vida; quando se refere aos minerais, não procura suas qualidades intrínsecas; quando estuda as chuvas, não quer saber por que e como elas se formam; quando faz uso das relações entre as grandezas, só lhe interessa o cálculo como instrumento, como análise de fenômenos.

Ela tem, pois, seu objeto próprio, inconfundível com os das demais ciências, o bastante para caracterizar-lhe a independência da personalidade.

Ora, se a Ciência é uma sistematização de conhecimentos, com objeto definido, toda ciência há de ser, por natureza, internacional. Assim, não poderia haver uma Física alemã e outra francesa; uma Biologia russa e outra inglesa; uma Matemática americana e outra italiana... Nem a própria Política, como ciência, pode circunscrever-se a determinado país ou região, embora pareça eminentemente local.

No caso concreto do átomo e do câncer, por exemplo, pesquisam, por toda parte, os laborató-

rios do mundo. O objeto é um só, ainda que possam e devam mesmo diferir os processos, pois há vários métodos para a descoberta da verdade.

Mas, se no fim dessas pesquisas, se chega a determinar um princípio, uma lei; ou se se formula uma hipótese com inúmeras probabilidades de verossimilhança, surge então um conhecimento certo, que se incorpora à sistemática anterior e passa a ser patrimônio coletivo da humanidade. Daí por diante, a aplicação é universal.

O progresso somente seria possível, aproveitando uns, as experiências de outros; tirando um povo orientação de conduta, dos acertos e erros dos outros povos, em situações, senão idênticas, semelhantes.

É verdade que a Ciência Econômica não é ato gratuito, exercício da inteligência sobre idéias inatas ou supostas universais; mas também não o é a Biologia e nem o são as Ciências Sociais.

Somente a Matemática tem êsse caráter de construção, *a priori*, sem base nos fatos da natureza. Ainda o Direito, capaz de improvisações, não pode escapar da dependência aos elementos exteriores: Direito alheio à realidade é inconsistente.

Ninguém nega às Ciências Médicas, por exemplo, seu caráter científico, embora contenham muito de empírico. Enquanto a verdade não resulta integral, convincente, há que tentar a natureza com experimentações e aceitar explicações hipotéticas. Mas ainda assim existe ciência, pela disciplina das pesquisas e das hipóteses diretivas.

Pôsto que a matéria das ciências culturais, assim chamadas em oposição às ciências físico-naturais, seja a relação entre os homens, — pelo que se tornam mais sensíveis nelas as condições existenciais da sociedade — não possuem essas ciências culturais, como parece, um perene caráter dialético. Sua construção, evidentemente, é mais difícil, pois se processa no grande laboratório da própria vida, que não é idealizado pelo homem. Daí o aspecto vacilante de que se revestem.

Todavia, certos princípios e leis que estabelecem, assumem caráter definitivo, sem o que não poderiam possuir o necessário grau de certeza para serem consideradas ciências.

Por outro lado, não parece correto admitir-se que a Física Moderna tenha resultado de puro trabalho de especulação, sem nenhuma relação.

ainda que distante, com a atividade prática, enquanto que, por exemplo, tal coisa não seria possível com respeito ao comércio internacional, matéria do âmbito da Economia.

A Física procura descobrir como age a natureza; ela se preocupa com fenômenos que se passam à revelia do homem; mas a Física de hoje está intimamente ligada à Técnica: ninguém busca saber apenas por curiosidade estéril, mas para aplicar. Basta ver o impulso que as guerras dão às pesquisas físicas.

Na própria Biologia, a controvérsia atual entre Mendel e Lisenko, no delicado problema da hereditariedade, não é mera especulação: tem objetivo prático, a que nem mesmo a Política é estranha.

Não se pode, conseqüentemente, admitindo o caráter especulativo de umas e a subordinação de outras ao próprio meio, concluir pela universalidade das ciências físico-naturais, em contraposição à *regionalidade* das ciências-culturais e, entre estas, a Economia.

Tôda ciência é, por definição, universal. A aplicação das leis e princípios por ela estabelecidos, sim, é que poderá ter caráter regional.

Nas Ciências Sociais há lugar para o célebre princípio das Ciências Médicas: não há doenças, há doentes. A ciência é uma só, mas a aplicação daquilo que ela estabeleceu depende do indivíduo a tratar, do meio a corrigir.

A Sociologia, ciência maior, dentro da qual se situa a Economia, ainda que pareça, não tem caráter meramente especulativo. O que ela pretende é buscar conhecer, nos agrupamentos humanos, suas características de estrutura e funcionamento, suas condições de vida, de progresso e decadência, para oferecer aos responsáveis pela condução dos povos, os elementos indispensáveis à obtenção da saúde social e da prosperidade.

Ela não faz como a Matemática que estabelece a equação duma curva, ou diferencia uma função, alheando-se completamente da realidade natural, sem que seus princípios e leis percam, por isso, o caráter científico que possuem.

A Matemática, sim, é pura ciência de especulação; quando o deixa de ser, passa a simples instrumento de outra ciência, a exclusivo meio de pesquisa e análise.

Ninguém nega que a Sociologia é, de fato, ciência de crise; que ela se originou da necessidade de dar fundamento incontroverso à conduta social do momento; mas não é certo que somente exista por esse motivo. Seria o mesmo que admitir que as Ciências Médicas só existissem onde houvesse doença, e que perdessem completamente o valor, quando hígido o organismo. Todos os corpos doentes foram anteriormente sãos, e é a ciência que também lhes ensina o modo de conservar e aprimorar a saúde. As Ciências Médicas não se referem apenas aos doentes.

Assim, não parece correto pretender que a ECONOMIA EQUIVALHA à resposta a uma problemática suscitada pela necessidade de interpretar uma situação crítica e oferecer a saída mais adequada. Isso nada mais é que confundir a ciência com sua aplicação, a Medicina com o doente.

E tanto é certa a refutação que, ao lado de tal afirmativa, também se declara a inverdade do princípio marxista de existir uma relação causal, direta e mecânica, entre as condições econômicas prevaletentes e a teoria econômica, em geral.

Com efeito, não são apenas os fatos econômicos, mas um sistema inteiro, de que a realidade econômica é um dos aspectos, que influi na elaboração das teorias econômicas. Assim, não poderia a Ciência Econômica ser uma simples resposta à interpretação dum momento crítico...

O que é preciso é não confundir teorias econômicas, com leis e princípios econômicos. Somente há teoria, quando se está ainda no domínio das hipóteses, no terreno das escolas, o que constitui o estado permanente da Filosofia. Esse é o terreno movediço das Ciências, aquêle que, situado na sua vanguarda, está ainda sujeito a avanços e recuos, por falta de consolidação. É o que se poderia chamar — a *inciência do científico*.

Há que distinguir, na Economia, a ciência, das doutrinas; estas constituem o elemento erudito, por excelência, das Escolas Econômicas; o estudo da marcha do pensamento da humanidade, nas questões relativas a seu conforto material. Aí, não há dúvida, domina a especulação; mas aí não está a Ciência Econômica; está apenas a HISTÓRIA DA CIÊNCIA, porque só é ciência o que já se incorporou, como verdade, ao patrimônio cultural dos homens: o conjunto de conhecimentos certos.

Com esse caráter, a Ciência é universal.

Os trabalhos de Osvaldo Cruz, na profilaxia da febre amarela, foram baseados nos estudos de Pasteur e, por sua vez, forneceram material para outras profilaxias que se fizeram e ainda se fazem no mundo. Do mesmo modo, na profilaxia das finanças nacionais, na debelação do surto inflacionista atual, há que recorrer às observações das crises alemã e russa, depois da guerra de 1914-18, e aos princípios que, em conseqüência, se estabeleceram.

Isso não representa, é óbvio, nenhuma colonização do pensamento econômico nacional, como não o representa a adoção, no Brasil, de métodos idênticos de curar, de abrir estradas, de fazer pontes, de calcular eclipses ou prever meteoros, descobertos e aplicados em outras terras.

O que se deve condenar é a aplicação indiscriminada de quaisquer princípios à solução de dado fenômeno, como se condenaria o Médico que prescrevesse sempre o mesmo remédio, para determinada doença, sem atender às condições personalíssimas do doente.

Mas quem assim procede não está agindo com espírito científico, pois a ciência é a primeira a ensinar que a terapêutica está na dependência do meio a tratar e, pois, não há que culpar a ciência pela ignorância de alguns de seus cultores.

Nenhuma ciência poderia construir-se à revelia dos centros universais de pesquisa. Se isso é certo no caso de trabalhos restritos a laboratórios, quanto mais no que tange aos fatos econômicos, onde tais laboratórios são impossíveis, de vez que os fenômenos têm por palco o próprio mundo.

Assim, somente pelo intercâmbio de conhecimentos, poderia a humanidade progredir. E os Congressos científicos não têm outra finalidade.

Os ECONOMISTAS brasileiros, como os dos demais países, têm necessidade de conhecer a Ciência Econômica, que é universal; de conviver com os grandes vultos que lhe têm dado impulso através dos séculos, como têm necessidade os Médicos e Engenheiros do Brasil de conhecer a Medicina e a Engenharia universais.

Mas, ao atentar para os fatos econômicos brasileiros, não os ECONOMISTAS de considerar a realidade brasileira, e não fazer, indiscriminadamente, a aplicação de princípios, porventura eficazes, em outras terras, pois assim se esqueceriam de que, sendo os meios diferentes, pode a mesma terapêutica ser contra-indicada.

Contudo, a Ciência Econômica é tão delicada que, mesmo assim, há necessidade, às vezes, de aplicar princípios sabidamente duvidosos, ainda não consolidados, para verificar a reação que produzem, e poder introduzir as necessárias correções. É como se dá, ainda no caso da Medicina, com a administração dum remédio, apenas como pesquisador, a fim de, pelas reações provocadas, possibilitar alguma certeza no tratamento a seguir.

Não tem consistência científica alguma, portanto, querer construir uma Ciência Econômica Brasileira, à revelia da Economia universal, como não teria seriedade a mesma pretensão levada ao terreno da Física, da Matemática ou da Biologia.

Ainda no caso do Direito, da Política, da Filosofia, ciências onde se poderia admitir um subjetivismo inexistente nas outras, tal hipótese seria estulta. Como ciências, o Direito, a Política, a Filosofia, tanto quanto a Matemática, a Física, a Biologia, são universais, pois se construíram e ainda se constroem com verdades verificadas em tôdas as partes do mundo e que, em tôdas as partes do mundo, continuam a ser verdades.

Não há, assim, por onde descolonizar o pensamento econômico brasileiro, a menos que se entenda por isso, não aplicar, no Brasil, as conclusões da Ciência Econômica, antes de estudadas as condições locais, para ver, de todos os princípios postos à disposição, qual o mais condizente com a realidade nacional.

Aquilo que os economistas aprendem nas obras clássicas de Adam Smith, Ricardo, Stuart Mill; sem desprezar Saint Simon, Proudhon e Marx, para chegar até Keynes, constitui o acervo do que devem e não devem fazer no estudo e solução dos problemas econômicos de qualquer parte do mundo.

Ao lado disso, porém, há que lembrar que ninguém pode fazer boa Economia, desprezando as outras ciências sociais, ignorando a Psicologia e a Geografia, em qualquer de suas modalidades.

As Ciências, como os órgãos do corpo humano, não são estanques: num estudo econômico há, sem dúvida, muito de outras ciências a considerar; mas isso não dá à ECONOMIA o caráter regionalista que lhe pretendem atribuir.